

A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NO BRASIL: UMA CATEGORIA EM CONSTRUÇÃO

THE PERMANENCE OF STUDENTS IN GRADUATE COURSES IN BRAZIL: A CATEGORY UNDER CONSTRUCTION

Carla B. Zandavalli M. Araújo¹

RESUMO

Neste trabalho analisa-se a abordagem da categoria “permanência” nos periódicos da área da educação e a existência de dados empíricos que comprovem a efetiva permanência dos estudantes nos cursos de graduação no Brasil. O estudo foi desenvolvido mediante consulta aos documentos e dados agregados do Inep; à base de dados Mec-legis; aos periódicos da área da educação disponíveis no portal Periódicos e ao banco de teses e dissertações, ambos da Capes, no período de 1996 a 2011. Nos periódicos há breves menções, nos estudos sobre o acesso dos estudantes aos cursos de graduação, quanto à ausência de políticas efetivas de permanência, sem que sejam apresentados dados empíricos que a sustentem. As teses e dissertações, a partir da segunda metade dos anos 2000, enfocam com maior frequência a permanência associando-a: ao acesso e à expansão da educação superior; à inclusão de deficientes; à assistência estudantil; à evasão na graduação e evasão em cursos na modalidade a distância; às políticas de cotas e ações afirmativas; às políticas de permanência. A análise dos procedimentos de coleta para o Censo da Educação Superior evidencia a identificação de alunos, por CPF, apenas a partir da data-base 2009, momento em que se dá a possibilidade concreta da geração de dados sobre a permanência.

Palavras-chave: Educação Superior Brasileira. Cursos de Graduação. Permanência.

INTRODUÇÃO

Discute-se neste artigo a permanência, enquanto uma das categorias centrais do projeto de pesquisa “Acesso e permanência no processo de expansão da Educação Superior – pós-LDB/1996”, coordenado por Mariluce Bittar e Maria do Carmo de Lacerda Peixoto, subprojeto 5, do Projeto “Políticas

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Católica Dom Bosco (1988), Graduação em Educação Artística pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1988), Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1997) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2009). É professora adjunta da UFMS. E-mail: carlabzandavalli@gmail.com.

de Expansão da Educação Superior no Brasil pós LDB”, desenvolvido por pesquisadores da Rede Universitas.Br.

Analisa-se a presença e a abordagem da categoria permanência nos periódicos selecionados pelo grupo de pesquisadores do subprojeto 5, no período de 1996 a 2011, complementada pela busca nas bases de dados: a) *Scientific Electronic Library Online*(Scielo.br); b) base dos periódicos e no banco de teses e dissertações, ambos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Por fim, são levantadas as evidências concretas que possibilitam a permanência dos estudantes nos cursos de graduação no Brasil, no âmbito da legislação e a sua identificação, a partir dos dados oficiais disponíveis para a pesquisa sobre a educação superior no Brasil.

A CATEGORIA “PERMANÊNCIA” EM PERIÓDICOS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Os periódicos analisados pelos pesquisadores do subprojeto 5 foram escolhidos mediante a relevância das publicações para a área da educação e, especificamente, a abordagem de artigos sobre políticas públicas da educação superior, abrangendo: Revista Brasileira de Educação, Avaliação, Ensaio: Avaliação de políticas Públicas, Educação e Sociedade, Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, Educação e Pesquisa, Educar em Revista, Educação e Realidade, Pro-Posições, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Cadernos Cedes, Revista da ANPAE, Série Estudos, Biblioteca Virtual da rede Universitas.Br.

A Tabela 1 aponta a quantidade de números e artigos publicados no período em estudo, a quantidade de artigos selecionados para o subprojeto e a quantidade de artigos que abordam explicitamente a categoria permanência.

Tabela 1 – Quantitativo de artigos de periódicos publicados sobre a categoria permanência na educação superior

PERIÓDICOS	Qtd. de Artigos publicados	Qtd. de Artigos selecionados para o subprojeto	Qtd. de Artigos sobre a categoria permanência ²
Revista Avaliação	180	0	0
Ensaio: Avaliação de políticas Públicas	394	06	1
Educação e Sociedade	-	17	1
Revista Brasileira de Educação	423	4	1
Cadernos de Pesquisa da Fund. Carlos Chagas	308	13	1
Educação e Pesquisa	348	3	0
Educar em Revista	449	6	3
Educação em Revista	232	1	0
Educação e Realidade	180	2	0
Perspectiva	285	4	0
Pro-Posições	417	3	0
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	309	4	0
Cadernos Cedes	255	4	0
Revista ANPAE	856	21	0
Série Estudos	303	2	0
Biblioteca Virtual da rede Universitas.Br ³	-	36	1
Total	4939	90	07

Embora nos artigos sejam discutidas mais diretamente as categorias acesso e expansão da educação superior, os autores quando mencionam a permanência, evidenciam que a expansão neste nível de ensino, embora significativa nos anos 1990, não apresenta patamares suficientes e não vem acompanhada por políticas eficazes de permanência dos estudantes. As afirmações, quase sempre taxativas da ausência de permanência, não são discutidas a partir de dados empíricos que as sustentem.

A evasão, categoria antitética à permanência, é abordada de forma mais significativa nas publicações dos anos 1980 e 1990, especialmente por meio de estudos de casos, com discussões sobre suas causas, relacionadas: à baixa demanda no vestibular para alguns cursos; ao processo seletivo; às dificuldades socioeconômicas dos estudantes; à dificuldade de escolha da futura profissão; às características dos cursos de graduação.

² A referência dos artigos é indicada a seguir na listagem de artigos da base de dados da Scielo, estão assinalados com um asterisco(*).

³ Não foi identificada a quantidade total de artigos, mas constam na biblioteca virtual da rede Universitas.Br, 136 artigos (palavras-chave: educação superior) e 235 artigos (palavras-chave: ensino superior) no endereço : <http://www.pucrs.br/faced/pos/universitas>.

Embora boa parte das publicações escolhidas pelo subgrupo 5 estejam indexadas na base de dados *Scientific Electronic Library Online*(scielo.br)⁴, houve necessidade de complementar a busca na própria base, em função da pequena quantidade de artigos localizados sobre a categoria permanência. Para nortear as consultas⁵ foram utilizadas as palavras-chave: “permanência e educação superior”; “permanência e ensino superior”, sendo identificados treze (13) artigos:

A) Palavras-chave: permanência e educação superior

•BITTAR, Mariluce; ALMEIDA, Carina E. Maciel de. Mitos e controvérsias sobre a política de cotas para negros na educação superior. **Educ. rev.**, Curitiba, n.28, p.141-159, dez. 2006. ISSN 0104-4060.(*)

•CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior?**Educ. rev.**, Curitiba, n.28, p.125-140, dez. 2006. ISSN 0104-4060.(*)

•DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educ. Soc.**, São Paulo, v.31, n.113, p.1223-1245, dez. 2010. ISSN 0101-7330.(*)

•GÓIS, João Bôsko Hora. Quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior. **Rev. Estud. Fem.**, v.16, n.3, p.743-768, dez. 2008. ISSN 0104-026X

•SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo; MOTEJUNAS, Paulo Roberto; HIPOLITO, Oscar ; LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. A evasão no ensino superior brasileiro.**Cad. Pesqui. [online]**, São Paulo, v.37, n.132, p. 641-659, 2007. ISSN 0100-1574.(*)

B) Palavras-chave: permanência e ensino superior

•BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; SANTOS, Clarissa Tagliari. A permeabilidade social das carreiras do ensino superior. **Cad. CRH**, Salvador, v.24, n.63, p.535-554, dez. 2011. ISSN 0103-4979.

⁴ Não estão indexados na Scielo, os seguintes periódicos: Educação e Realidade, Perspectiva, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Revista ANPAE, Série Estudos.

⁵ Consulta realizada em 2011 e atualizada em abril de 2012.

•FELICETTI, Vera Lucia; MOROSINI, Marília Costa Equidade e iniquidade no ensino superior: uma reflexão. **Ensaio: aval.pol.públ.educ.**, Rio de Janeiro, v.17, n.62, p.9-24, mar. 2009. ISSN 0104-4036.(*)

•MANENTE, Milena Valelongo; RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim; PALAMIN, Maria Estela Guadagnuci. Deficientes auditivos e escolaridade: fatores diferenciais que possibilitam o acesso ao ensino superior. **Rev. bras. educ. espec.**, v.13, n.1, p.27-42, abr. 2007. ISSN 1413-6538.

•MOREIRA, Laura Ceretta; BOLSANELLO, Maria Augusta; SEGER, Rosangela Gehrke. Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco. **Educ. rev**, Curitiba, n.41, p.125-143, set. 2011. ISSN 0104-4060.(*)

•SAMPAIO, Breno et al. Desempenho no vestibular, background familiar e evasão: evidências da UFPE. **Econ. Apl.**, v.15, n.2, p.287-309, jun. 2011. ISSN 1413-8050.

•SILVA, Márcia Regina Barros da. O ensino médico em São Paulo e a criação da Escola Paulista de Medicina. **Hist. Cienc. Saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 8, n.3, p.541-566, dez. 2001. ISSN 0104-5970.

•VARGAS, Michely de Lima Ferreira. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. **Avaliação**, Campinas, v.16, n.1, p.149-163, mar. 2011. ISSN 1414-4077.

•ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Rev. Bras. Educ.**, São Paulo, v.11, n.32, p.226-237, ago. 2006. ISSN 1413-2478(*).

Dos artigos identificados, a temática permanência é abordada de forma mais consistente nos trabalhos de Zago (2006), Vargas (2011), Moreira, Bolsanello e Seger (2011), Barbosa e Santos (2011).

Até os anos 1990 não são frequentes estudos no Brasil sobre a permanência de estudantes na educação superior, mas sobre a evasão. Freitas (2009) explica que,

Durante muitos anos, o foco das pesquisas sobre evasão de estudantes concentrou-se nas razões pelas quais esses jovens abandonam o sistema formal de educação. Mais recentemente, há uma tendência para que esse tipo de estudo examine como

os estudantes podem ser encorajados a persistir na vida escolar, passando-se a enfatizar a prevenção da evasão e a permanência dos estudantes, ou seja, como estimulá-los a permanecer no sistema de ensino com sucesso. No fim dos anos 1980, surge uma nova tendência, voltada para publicações que apresentam casos de sucesso de alunos e instituições de ensino, com o intuito de estimular a ambos a atingir bons resultados. (FREITAS, 2009, p.249)

A ênfase na categoria permanência na educação superior ocorre no Brasil após a expansão significativa de cursos e instituições nos anos 1990 na esfera privada e mediante a instauração de políticas públicas voltadas à expansão da educação superior nas instituições públicas, a partir dos anos 2000. Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento de estudos sobre a permanência foi o desenvolvimento de políticas focais que acentuaram a importância do acesso e da permanência das chamadas minorias qualitativas, a partir da perspectiva da inclusão.

Embora as taxas de escolarização líquida e bruta da educação superior no país ainda estejam em patamares indesejáveis (Tabela 2), a ampliação do acesso trouxe outras necessidades, especialmente para as camadas mais pobres da população que mesmo obtendo vagas em instituições públicas não apresentam condições materiais para permanecer no ensino superior.

Tabela 2 - Taxas de Escolarização Bruta e Líquida – Brasil 1995-2009.

Ano	Ensino Fundamental (7 a 14 anos)		Ensino Medio (15 a 17 anos)		Ed. Superior (18 a 24 anos)	
	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida
1995	109,3	85,4	47,0	22,1	9,4	5,8
2000	149,7	90,3	73,0	34,4	12,3	7,3
2001	121,3	93,1	73,9	36,9	15,1	8,9
2002	120,8	93,7	75,9	40,0	16,6	9,8
2003	119,3	93,8	81,1	43,1	18,6	10,6
2004	117,6	93,8	81,4	44,4	18,6	10,5
2005	117,1	94,4	80,7	45,3	19,9	11,2
2006	116,2	94,8	82,2	47,1	22,6	12,6
2007	116,0	94,6	82,6	48,0	24,3	13,1
2008	115,7	94,9	85,5	50,4	25,5	13,7
2009	117,3	95,3	83,0	50,9	26,7	14,4

Fonte: Tabela elaborada pelo MEC/Inep/DTDIE, a partir de dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio 1995, 2001 a 2009, do IBGE.

Zago (2006), ao discutir o assunto, observa:

[...] uma análise sobre a presença de categorias sociais antes excluídas do sistema de ensino levanta necessariamente a questão: o acesso à universidade, sim; e depois? Não basta ter acesso ao ensino superior, mesmo sendo público, conforme indicam os resultados da pesquisa que realizei. Assim, torna-se redutor considerar indiscriminadamente os casos de estudantes que têm acesso ao ensino superior como de “sucesso escolar”. Evidentemente, caberia explicitar o que se quer dizer com “sucesso escolar”.

Ele representa o acesso, ou vai além para definir tanto a chamada “escolha” pelo tipo de curso quanto às condições de inserção, ou seja, de “sobrevivência” no sistema de ensino? É nesse quadro de questionamentos que me apoio para a interpretação dos resultados da minha pesquisa. (ZAGO, 2006, p. 228)

Zago (2006) explicita que uma parcela de estudos sobre permanência na educação superior surge como decorrência das investigações sobre “sucesso e/ou fracasso escolar”, pois após a constatação do acesso, a necessidade posterior é a de permanência para a efetividade do “sucesso”⁶, especialmente dos estudantes de baixa renda. Menciona a importância de estudos que acompanhem a trajetória de escolarização dos estudantes mais pobres que estão vencendo barreiras e permanecendo na educação superior.

A autora comenta que as investigações de natureza sociológica de autores como Grignon e Gruel (1999, *apud* ZAGO, 2006, p. 228) abrangem vários aspectos da condição do estudante, entre os quais: “[...] financiamento dos estudos, moradia, transporte, alimentação, saúde, condições e hábitos de trabalho, relações com o meio de origem e com o meio estudantil, cultura e lazer”. Os autores consideram que estes estudos permitem observar diferentes dimensões do êxito e do fracasso, e os efeitos cumulativos da escolarização anterior. Boudieu e Champagne (2001, *apud* ZAGO, 2006, p. 228), nesta mesma linha, “[...] vêm pesquisando as formas marginais de inserção de estudantes no ensino superior, reforçando a tese dos excluídos do interior, ou seja, das práticas mais brandas ou dissimuladas de exclusão. [...]”.

⁶Entre os indicadores de qualidade da educação desenvolvidos pela OCDE situa-se o “*survival rate*”, a taxa de sucesso ou de sobrevivência, que corresponde à proporção de diplomados no ensino superior em um determinado curso/grau em relação aos inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez, desse curso “n” anos antes (sendo “n” o número de anos de estudo requeridos para se completar esse curso/grau).

Moreira, Bolsanello e Seger (2011) discutem a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior, identificando-a como acesso e permanência. Descrevem as políticas “inclusivas” de acesso e permanência desenvolvidas na Universidade Federal do Paraná (UFPR), mencionam as suas bases normativas e as ações já realizadas e apresentam a percepção dos estudantes deficientes acerca da importância e efetividade destas políticas.

Barbosa e Santos (2011) analisam as articulações entre o financiamento do ensino de graduação, o desempenho e a permanência de estudantes em diferentes cursos de três grandes áreas de conhecimento: ciências humanas, biológicas e exatas, com o intuito de verificar a real capacidade do sistema educacional brasileiro em propiciar maior igualdade de oportunidades num momento de expansão e diversificação do ensino superior.

As autoras buscaram identificar, por meio das informações do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), o quanto as diferentes áreas de conhecimento favorecem o desenvolvimento de políticas sociais e permitem acesso e permanência, com níveis elevados de aprendizagem, aos estudantes provenientes de diferentes grupos sociais, em cursos das três grandes áreas. As diferenças foram analisadas:

[...] através da comparação das médias de desempenho, medido pela nota geral da prova, entre cursos escolhidos, entre as instituições melhor e pior qualificadas em cada curso e entre os grupos de alunos com pior e melhor desempenho. Em cada uma dessas comparações considerou-se a forma de financiamento específico encontrada pelos alunos. [...]. (BARBOSA; SANTOS, 2011, p. 535).

Barbosa e Santos (2011) destacam, no âmbito do financiamento, o Prouni Integral, por estar associado aos desempenhos mais elevados na maioria dos cursos analisados. São contrapostos os tipos de financiamento (FIES, Prouni Integral, Prouni Parcial, Bolsa Institucional, Bolsas de outras Instituições), com os níveis de desempenho manifestados no Enade. Um aspecto importante deste estudo é o mapeamento indireto das políticas de permanência, via análise do financiamento.

Ao tratarem da democratização da educação superior e seu significado em termos de acesso e permanência, as autoras mencionam a importância dos estudos de Zago (2006), Almeida (2007), Santos (2011) e Moreira (2010).

O levantamento no portal de periódicos da Capes, que congrega inúmeras bases de informação, incluindo a Scielo, foi desconsiderado, pois mediante a busca por meio das palavras-chave: “permanência e educação superior” e “permanência e ensino superior”, foi localizado apenas um registro no *Serveur de thèses multidisciplinaires*, mas não houve possibilidade de acesso ao mesmo.

No Banco de teses da Capes foi feito levantamento no período de 1995 a 2009⁷, com as palavras-chave: permanência e educação superior. Foram identificadas 52 teses e dissertações que tratam do tema, apontando especificamente a permanência de alunos em cursos de graduação. Os trabalhos relativos à permanência de instituições e cursos não foram considerados.

A Tabela 3 aponta a quantidade de teses e dissertações localizadas por ano e as selecionadas:

Tabela 3 – Teses e dissertações que abordam a categoria permanência. 1995-2009.

ANO	Teses e dissertações LOCALIZADAS (*)	Teses e dissertações SELECIONADAS
1995	0	0
1996	0	0
1997	0	0
1998	2	1
1999	5	0
2000	1	0
2001	3	0
2002	9	3
2003	6	0
2004	7	2
2005	12	3
2006	6	5
2007	15	12
2008	26	14
2009	30	12
Total	122	52

Fonte: Organizada pela autora a partir das informações do Banco de Teses da Capes.

(*) A localização automática é feita a partir da existência da palavra permanência e educação superior no resumo.

⁷ O corte de 2009 deve-se à inexistência de indexação nos períodos posteriores. Está em curso o levantamento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, organizada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e alimentada pelos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* Institutos de Pesquisa.

Observa-se a prevalência das teses e dissertações que tratam da permanência, a partir da segunda metade dos anos 2000. Nos trabalhos identificados, são associados à permanência, os seguintes aspectos:

- a) Acesso e expansão da educação superior;
- b) Inclusão de deficientes;
- c) Assistência estudantil;
- d) Evasão na graduação e evasão em cursos na modalidade a distância;
- e) Políticas de cotas e ações afirmativas;
- f) Políticas de permanência, em especial ProUni.

Não há, nos resumos, indicações de dados empíricos sobre a permanência ou a sistematização de uma taxa que permita localizar claramente índices de permanência, a identificação específica de dados sobre a permanência limita-se aos estudos de casos em determinadas instituições.

A maioria dos trabalhos é constituída por dissertações (42) e a minoria por teses (10). As instituições com maior número de trabalhos que tratam sobre permanência no período indicado são: Universidade Católica Dom Bosco (5), Universidade de São Paulo (5), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (4), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (3) e Universidade Federal de Minas Gerais (3). Destaca-se a presença de membros do GEPPEs e da Rede Universitas.Br, enquanto autores das teses e dissertações, orientadores e membros de bancas nos trabalhos selecionados.

CONCEITOS E INDICADORES DA CATEGORIA PERMANÊNCIA

Muito embora nos trabalhos analisados a permanência não seja conceituada, já que os autores apenas indicam que não ocorre a permanência em patamares desejáveis nos cursos de graduação no Brasil, nos documentos oficiais e na literatura levantada, é identificada como a manutenção do estudante ao longo do curso, com vistas à sua terminalidade no tempo devido para sua integralização. Essa relação, porém é apenas uma das muitas formas de permanência que podem ser consideradas:

- a) Permanência não necessariamente no curso do primeiro ingresso, mas no ensino superior, na mesma IES;
- b) Permanência no ensino superior, mas não na mesma IES;
- c) Permanência no curso de graduação, além do período inicialmente indicado para a integralização do currículo, como reflexo da reprovação escolar;
- d) Permanência no curso de graduação, além do período inicialmente indicado para a integralização do currículo, como reflexo da flexibilização dos currículos e da matrícula por disciplina.

A incipiência dos estudos sobre permanência e sua conceituação poderia se justificar, à primeira vista, pela inexistência da obrigatoriedade do Estado brasileiro em oferta este nível de ensino, já que a Constituição Federal vigente institui, em seu Art. 208, apenas a educação básica, como obrigatória e gratuita, desobrigando-se da garantia de oferta dos demais níveis, na medida em que considera:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
[...] V- acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; [...].
(BRASIL, 1988).

Outro aspecto a ser levantado é o da limitação técnica de obtenção de dados, pois a efetiva identificação da permanência de um determinado estudante, na ótica da sua manutenção ao longo do curso e sua terminalidade no mesmo curso, só se torna possível, no âmbito do sistema de educação superior brasileiro, no momento em que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), ao realizar a coleta do Censo da Educação Superior, solicita das instituições, a identificação de cada estudante matriculado, por meio do seu CPF, o que permite a verificação de sua permanência no curso/instituição/ensino superior. Tal solicitação passou a ocorrer apenas na coleta data-base 2009 (realizada em 2010), em observância

à Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, do Ministério da Educação, que define no parágrafo único do Art. 61-H⁸:

Art. 61-H As informações coletadas pelo Censo da Educação Superior, a cargo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) constituirão a base de dados de referência a ser utilizada pelos órgãos do MEC e autarquias vinculadas sobre estudantes da educação superior, com precedência sobre quaisquer outras, evitando-se duplicação de coleta quando não expressamente justificada.

Parágrafo único. A coleta de dados relativos a docentes e estudantes da educação superior no período de referência **será feita por indivíduo, identificado pelo número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), a fim de evitar duplicidades.** (BRASIL, 2010, grifo nosso).

O acompanhamento preciso do fluxo acadêmico por meio do CPF do aluno não é casual, mas parte subjante às medidas de efetivação das políticas públicas do Estado brasileiro, especialmente do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, como uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O Reuni conta com a adesão de 53 das 54 instituições públicas federais de educação superior do Brasil e estabeleceu como meta global:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

§ 1º O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

§ 2º O Ministério da Educação estabelecerá os parâmetros de cálculo dos indicadores que compõem a meta referida no § 1º. (BRASIL, 2007, grifo nosso).

A avaliação da meta global exige a identificação precisa de estudantes e professores, para possibilitar a geração da taxa de conclusão média dos cursos

⁸Vale observar que o Art. 61-H não constava no texto inicial da Portaria nº 40, mas foi incluído em 2010, na consolidação da mesma.

e o acompanhamento da relação professor-aluno, nos cursos de graduação presenciais, porém não se indica explicitamente a geração de uma taxa de permanência.

Mediante consulta à Diretoria de Estatísticas Educacionais, verificou-se que o Inep não possui, até o momento, indicadores relacionados à permanência de alunos nos cursos de graduação, mas uma profissional do setor responsável apontou para um processo gradativo de elaboração dos mesmos, a partir de 2009:

Até o momento o Inep não possui indicadores relacionados à permanência de alunos nos cursos de graduação. O início da coleta individualizada de aluno ocorreu no Censo da Educação Superior em 2009. Para que ocorra o acompanhamento da trajetória discente, por meio de estudos longitudinais serão necessários novos aperfeiçoamentos na coleta de dados, especialmente sobre as informações cadastrais de alunos e cursos. A obrigatoriedade da informação do CPF para todos os indivíduos, implementada na coleta do Censo 2011 possui papel determinante para esse aperfeiçoamento.⁹

O Resumo Técnico do Censo da Educação Superior, data-base 2009, destaca como principal diferencial a coleta individualizada de dados dos alunos e a inclusão do cadastro docente:

O Censo da Educação Superior de 2009, em relação ao modelo de coleta dos anos anteriores apresentou modificações importantes, dentre as quais se destacam a coleta individualizada de dados de alunos, o que confere maior exatidão e confiabilidade aos dados, e a inclusão do cadastro de docentes como um módulo do questionário eletrônico do Censo. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 5)

Este destaque se repete na apresentação dos manuais do usuário do Censo da Educação Superior 2010 e 2011. Por meio dos manuais do usuário de 2011 é possível perceber o aprimoramento do processo de coleta que passa a estabelecer vínculos com as informações entre os diferentes módulos: Aluno, Docente, Curso e Instituição.

⁹A consulta ocorreu no mês de março de 2012 e o retorno foi dado pela Pesquisadora Tecnologista de Informações e Avaliações Educacionais, Rachel Pereira Rabelo, da Coordenação Geral de Controle de Qualidade e Tratamento de Informações, DEE/INEP/MEC.

O Quadro 1 apresenta os dados cadastrais solicitados no questionário para alunos e docentes das IES. Observa-se diferenciação apenas no indicador relativo às deficiências, nos demais são solicitadas as mesmas informações, que efetivamente particularizam alunos e docentes.

Quadro 1 – Dados cadastrais solicitados nos questionários dos módulos aluno e docente na coleta do Censo da Educação Superior – 2011

ASPECTOS	MÓDULO ALUNO	MÓDULO DOCENTE
DADOS CADASTRAIS		
ID	X	X
Nome	X	X
Data de nascimento	X	X
Sexo	X	X
Nome completo da mãe	X	X
Cor/raça	X	X
Nacionalidade	X	X
UF de nascimento	X	X
Presença de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação	X	
Docente com deficiência		X
Tipo de deficiência, transtorno do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação	X	
Tipo de deficiência		X

Fonte: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2011: Manuais do Usuário: módulos Aluno e docente.** Versão 0.1, Brasília, DF, jan. 2012.

No Quadro 2, são apresentados os demais aspectos solicitados nos questionários dos módulos aluno e docente.

Quadro 2 – Aspectos solicitados nos questionários dos módulos aluno e docente na coleta do Censo da Educação Superior – 2011

ASPECTOS	
QUESTIONÁRIO ALUNO	QUESTIONÁRIO DOCENTE
VÍNCULO DO ALUNO AO CURSO	VÍNCULO DO DOCENTE COM O CURSO
Código do curso	Código do curso/área básica ao qual o docente está vinculado
Turno	VÍNCULO DO DOCENTE COM A IES
Situação do vínculo do aluno no curso	Escolaridade
Data de ingresso/seleção	Situação do docente na IES
Forma de ingresso/seleção	Regime de trabalho
Programa de reserva de vagas	Docente em exercício em 31/12/2011
Tipo de programa de reserva de vagas	Atuação docente
Financiamento estudantil	Possui bolsa pesquisa
Tipo de financiamento estudantil reembolsável	
Tipo de financiamento estudantil não reembolsável	
Apoio social	
Tipo de apoio social	
Atividade de formação complementar	
Tipo de atividade de formação complementar	
Bolsa/remuneração (referente a cada atividade complementar)	

Fonte: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2011: Manuais do Usuário: módulos Aluno e docente.** Versão 0.1, Brasília, DF, jan. 2012.

O vínculo de maior interesse, no âmbito da categoria permanência, é o estabelecido entre estudante/curso/IES. No módulo aluno, observa-se tal vínculo a partir da articulação entre os dados cadastrais do aluno e os do(a): curso, turno, situação de vínculo do aluno no curso (cursando, matrícula trancada, desvinculado do curso, transferido para outro curso da mesma IES, formado ou falecido).

No que toca às políticas de permanência, os dados obtidos via coleta do Censo possibilitarão o acompanhamento de sua efetividade por meio da indicação do financiamento estudantil e a particularização do tipo: a) reembolsável (FIES, Programas de financiamento do governo estadual ou municipal, programa de financiamento da IES, Programa de financiamento de entidades externas e outros); b) não reembolsável (ProUni integral, ProUni parcial, Programas de financiamento do governo estadual ou municipal, Programa de financiamento de entidades externas e outros). Indica-se também se o aluno recebe apoio social e de qual tipo (alimentação, moradia, transporte, material didático, bolsa trabalho, bolsa permanência) e se as atividades de formação complementar (pesquisa, extensão, monitoria, estágio não obrigatório) que realiza são pagas (bolsa/remuneração).

No tempo médio de quatro a sete anos, com a identificação dos alunos feita via CPF, será possível verificar com precisão a permanência de estudantes no curso de graduação do seu ingresso, ou em outro curso da IES ou em outra IES. Contrapondo variáveis, será possível identificar qual é o perfil destes estudantes que permanecem e se houve ou não influência das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado brasileiro para o acesso, a permanência e a terminalidade nos cursos de graduação. Será possível analisar, nos moldes desenvolvidos por Barbosa e Santos (2011) a efetividade do acesso e da permanência aos cursos de graduação de diferentes áreas de conhecimento, por estudantes de diferentes camadas socioeconômicas; cor/raça; região e Estado; tipo de IES.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ausência de uma discussão conceitual mais aprofundada sobre a permanência na educação superior remete não apenas para os limites legais ou técnicos já mencionados, mas principalmente, ressalta a insuficiência do financiamento público que garanta a sua oferta para todos. A partir dos anos 2000, mormente as conclamadas metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), observa-se, ao lado do desenvolvimento de algumas políticas de acesso e de permanência, a inexistência de prioridades do Estado no que toca à ampliação do percentual do Produto Interno Bruto (PIB), de modo a garantir educação superior pública a todos. Ou seja, ao mesmo tempo em que o Estado Avaliador (AFONSO, 2005) aprimora seus mecanismos de controle sobre o fluxo escolar e de monitoramento das metas propostas nas políticas públicas, percebe-se que o movimento de expansão da educação superior ainda não minimiza as desigualdades presentes no sistema e não há indicações concretas de superação do patamar de investimentos que seja superior aos 7% do PIB até o final de 2020, quando se encerra a vigência do novo PNE.

Os documentos mais recentes (anos 2000) dos organismos multilaterais como: as Estratégias de Apoio ao País, do Banco Mundial; os relatórios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), embora não indiquem metas diretamente relacionadas ao acesso, à permanência e à terminalidade nos cursos de graduação, no Brasil, já que definem como foco para os países pouco industrializados o desenvolvimento da educação básica, passam a fazer menções às políticas públicas e aos indicadores da educação superior. Enfatizam nos relatórios os baixos patamares de escolarização e a insuficiência do financiamento em face aos resultados dos demais países da América Latina e aos países membros da OCDE. No Relatório de Monitoramento Educação para Todos de 2008, elaborado pela UNESCO (2008), indicam-se dúvidas sobre a possibilidade de cumprimento das metas estabelecidas para 2015 e acentua-se a deficiência do financiamento.

Amaral (2011, p. 3) alerta para o fato que não bastam comparações lineares quando se analisa a suficiência do financiamento, pois quando se utiliza o percentual do PIB investido em educação como indicador para análise, há necessidade de contrapô-lo com o valor do PIB do país e a quantidade de alunos a ser atendida. O autor observa que a aplicação de 7% do PIB, embora seja um aumento substantivo no financiamento da educação brasileira, deixa o país ainda muito distante de outros que possuem menores desafios educacionais e maior investimento por aluno, mas a ampliação deste patamar exigiria maior prioridade para a oferta da educação e um conjunto de medidas:

A aplicação de 10% do PIB, reivindicação da CONAE, necessita de elevados recursos como está explicitado na tabela 11, US\$ 228 bilhões em 2011 e US\$ 306 bilhões em 2020. A aplicação desse volume de recursos exigirá uma alta priorização da educação no País e precisaria de um conjunto de ações a serem implementadas simultaneamente: 1) a União, estados, Distrito Federal e municípios aplicarem impostos além dos mínimos constitucionais; 2) redefinição de contribuições existentes, vinculando parte delas para a educação; 3) ao estabelecer novas contribuições, obrigatoriamente parte dos valores arrecadados devem ser dirigidos para a educação; 4) estabelecer que 50% dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal sejam aplicados em educação; 5) destinar 50% dos créditos advindos do pagamento de royalties decorrentes de atividades de produção energética (extração, tratamento, armazenagem e refinamento de hidrocarbonetos) à manutenção e desenvolvimento do ensino; e 6) priorizar parte dos recursos advindos da expansão do Fundo Público, devido o crescimento da economia nos próximos anos, para a educação. (AMARAL, 2011, p. 13).

O entendimento da constituição da categoria permanência requer a compreensão de sua efetividade no âmbito da concretude do real, que não indica, na próxima década, as condições objetivas nem para o pleno acesso à educação superior pública e muito menos da permanência de estudantes, dentro dos parâmetros já desenvolvidos por outros países latino-americanos, o que suscita a importância em se aprofundar os debates acerca do tema.

ABSTRACT

In this paper we analyze the approach of the category "permanence" in journals of education and the existence of empirical data demonstrating the effective permanence of students in undergraduate courses in Brazil. The study was

developed in consultation with documents and data aggregated from INEP, the database *Mec-legis*, the journals of education journals available via the portal and database of theses and dissertations, both Capes, in the period from 1996 to 2011. In journals are brief mentions in studies on students' access to courses, about the lack of effective policies to remain without being presented empirical data that support it. The theses and dissertations, from the second half of the 2000s, most often focus on the permanence associating it: access and expansion of higher education, the inclusion of disabled people; assistance to students; evasion and avoidance in undergraduate courses in distance mode; policies of affirmative action and quotas; policies of permanence. Analysis of collection procedures for the Higher Education Census shows the identification of students for CPF, only from the base date 2009, when it gives the possibility of generating concrete data on the residence.

Keywords: Brazilian Higher Education. Undergraduate courses. Permanence.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. *Avaliação educacional: regulação e emancipação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ALMEIDA, Wilson Mesquita de. Estudantes com desvantagens econômicas e educacionais e fruição da universidade. In: *Caderno CRH: Centro de Recursos Humanos da UFBA*, Salvador, n.49, p.35-46, jun./abr., 2007.

AMARAL, Nelson Cardoso. O novo PNE e o financiamento da educação no Brasil: os recursos como um percentual do PIB. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/seminario3/nelson_amaral.pdf>.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; SANTOS, Clarissa Tagliari. A permeabilidade social das carreiras do ensino superior. In: *Cad. CRH*, Salvador, v.24, n.63, p.535-554, dez. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 1988, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 mar. 2012.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 abr. 2007, p. 7. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 20 mar. 2012.

_____. Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 dez. 2010. p. 23-31. Disponível em: <<http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/17>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

FREITAS, Katia Siqueira de. Alguns estudos sobre evasão e persistência de estudantes. In: *Eccos, Rev. Cient.*, São Paulo, v. 11, n.1, p. 247-264, jan./jun. 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior*. Resumo Técnico 2009. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico2009.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2012.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior 2011: Manual do Usuário: módulo Aluno*. Versão 0.1, Brasília, DF, jan. 2012. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/questionarios_e_manuais/2011/manual_alunos_v0302.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2012a.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior 2011: Manual do Usuário: módulo Docente*. Versão 0.1, Brasília, DF, jan. 2012c. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/questionarios_e_manuais/2011/manual_docentes_v2702.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2012.

MOREIRA, Ana Maria Albuquerque. *Fatores institucionais e desempenho acadêmico no ENADE: um estudo dos cursos de biologia, engenharia civil, história e pedagogia*. 2010. 251f. Tese (Doutorado em Educação) – UNB, Brasília.

MOREIRA, Laura Ceretta; BOLSANELLO, Maria Augusta; SEGER, Rosângela Gehrke. Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco. In: *Educ. rev.*, Curitiba, n.41, p.125-143, set. 2011. ISSN 0104-4060.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Relatório de monitoramento de educação para todos Brasil 2008: educação para todos em 2015; alcançaremos a meta? Brasília, DF: UNESCO, 2008.

SANTOS, Clarissa Tagliari. *A chegada ao ensino superior: o caso dos bolsistas do ProUni da PUC-Rio*. 2011. 149f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFRJ, Rio de Janeiro.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. In: *Avaliação*, Campinas, v.16, n.1, p.149-163, mar. 2011. ISSN 1414-4077.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. In: *Rev. Bras. Educ.*, São Paulo, v.11, n.32, p.226-237, ago. 2006. ISSN 1413-2478.